

## ÍNDICE

### INTRODUÇÃO

### PARTE I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

#### 1. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS e ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1. Composição da Câmara Municipal
- 1.2. Composição da Assembleia Municipal
- 1.3. Organização dos Serviços

### PARTE II – RECURSOS HUMANOS

#### 1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

- 1.1. Controlo do Mapa de Pessoal
- 1.2. Custos com Pessoal e Afectação Limite Legal
- 1.3. Absentismo / Assiduidade
- 1.4. Formação Profissional

### PARTE III – SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

#### 1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

- 1.1. Execução Orçamental da Receita
- 1.2. Execução Orçamental da Despesa
- 1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano
- 1.4. Indicadores de Gestão Orçamental

#### 2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- 2.1. Análise ao Balanço
- 2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)
- 2.3. Afectação dos Limites Legais ao Endividamento Líquido
- 2.4. Análise à Demonstração de Resultados
- 2.5. Indicadores de Estrutura e de Gestão patrimonial
- 2.6. Anotações dos factos relevantes verificados após encerramento do Exercício
- 2.7. Proposta de Aplicação de Resultados

## **PARTE IV – RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS (SIADAP 1)**

1. NOTA INTRODUTÓRIA
2. RESULTADOS ALCANÇADOS E DESVIOS VERIFICADOS NOS OBJECTIVOS DE SERVIÇO
  - 2.1. Resultados Alcançados nos Objectivos Operacionais
  - 2.2. Análise aos Desvios Verificados
3. APRECIACÃO, POR PARTE DOS UTILIZADORES EXTERNOS, DA QUANTIDADE E QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO E AUTO-AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS FEITA PELOS COLABORADORES
  - 3.1. Resultados dos Inquéritos realizados à Satisfação dos Municípes
  - 3.2. Resultados da Audição dos Colaboradores – Auto-Avaliação dos Serviços
4. CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE ACÇÕES E PROJECTOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES
  - 4.1. Identificação dos Projectos e/ou Acções não Cumpridos
  - 4.2. Causas de Incumprimento dos Projectos, Acções ou Metas Definidas
5. MEDIDAS CORRECTIVAS A IMPLEMENTAR E CONDICIONALISMOS QUE PODEM AFECTAR OS RESULTADOS
  - 5.1. Medidas Correctivas a Implementar
  - 5.2. Identificação dos Condicionismos que afectaram os Resultados
  - 5.3. CONCLUSÕES (Apreciação Global do Desempenho dos Serviços)

## **PARTE V – RELATÓRIO SOBRE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E DE INFRACÇÕES CONEXAS**

1. MEDIDAS DE CONTROLO / AUDITORIAS REALIZADAS
2. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS
  - 2.1. Análise *Swot* aos Domínios de Intervenção definidos no Plano
    - 2.1.1. Contratação Pública
    - 2.1.2. Concessão de Benefícios Públicos
    - 2.1.3. Gestão Financeira
    - 2.1.4. Ordenamento do Território

2.1.5. Políticas de Gestão de Recursos Humanos

2.2. Medidas Correctivas a Adoptar

3. PROPOSTAS DE MELHORIA

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO SOCIAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

## INTRODUÇÃO

O ano de 2012, com o país sob intervenção da troika, foi pródigo na produção de legislação restritiva ao funcionamento das instituições públicas, nomeadamente o orçamento de Estado, a Lei de Enquadramento orçamental, a Lei de reorganização administrativa autárquica, a Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso, etc. Todos estes instrumentos legislativos, necessários para quem não cumpriu com as regras vigentes, mas dispensáveis e redutores, em boa parte do seu conteúdo, para quem as cumpriu, veio condicionar e dificultar a gestão municipal, gerando dificuldades acrescidas e injustiças enormes, já que, veio tratar de igual forma os cumpridores e os incumpridores.

Com este tipo de medidas, o investimento público, praticamente reduziu-se a valores insignificantes, continuando a ser as autarquias, as entidades melhor executoras do QREN, drenando assim verbas nacionais e comunitárias, para a economia real, mas demasiado insuficientes, para reduzir os efeitos de uma política neo liberal, com resultados, à vista de todos, para a economia nacional e local. Por via desta enorme pressão, sobre os cidadãos, empresas e entidades públicas, o desemprego subiu desmesuradamente, para indicadores na ordem dos 18%, tendo o desemprego no nosso concelho, subido de 5, para 7%.

A dívida do país, já ultrapassa os 120% do PIB. A nossa, representa cerca de 25% do nosso volume de negócios, ou seja, não foi a gestão deste município, que contribuiu para a situação em que o país se encontra.

O novo Regime Jurídico para o Setor Empresarial Local, acarretou dificuldades suplementares, desnecessárias e excessivas para as entidades bem organizadas e que existiam apenas para servir melhor os cidadãos, sem excesso de custos, sem dívida e sem mordomias, como é o caso da nossa empresa municipal.

Fomos obrigados a reestruturar a nossa estrutura orgânica, contra o que seria justo e correto para a gestão municipal, eliminando lugares de chefia, que se justificavam e que eram ocupados, por quadros muito competentes, que dariam cartas, em qualquer empresa privada.

Outro dado muito importante, do ponto de vista da excelência dos nossos recursos humanos, é evidenciado pelo fraco absentismo e pela substancial redução, comparativamente a 2011.

Não obstante todos estes constrangimentos, foi possível, devido à nossa boa organização, desenvolver alguns projetos âncora, fundamentais para o nosso concelho, como são exemplos:

- O Centro de BTT da Pia do Urso;
- O Centro Escolar de S. Mamede;

Foi possível também, continuar e incrementar os projetos de índole social, de forma a cobrirmos franjas mais frágeis da nossa população.

Foi ainda possível, continuarmos a apoiar as coletividades e IPSS's.

Em suma, apesar de todos os constrangimentos, foi possível continuar a investir e a potenciar o desenvolvimento do concelho e a qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Foi com o cenário anteriormente referido que tivemos que trabalhar e foi com todas estas condicionantes que decorreu o exercício de 2012, cujos resultados apresentaremos de seguida.

## PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

### 1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços

#### 1.1. Composição da Câmara Municipal

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75 da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos.

*Novo Executivo (início de funções a 26/10/2009):*



**Presidente:** António José Martins de Sousa Lucas



**Vereador em Regime de Permanência:** Carlos Alberto de Oliveira Henriques

**Pelouros:** Operações Urbanísticas, Educação,  
Associativismo, Ambiente e Salubridade



**Vereador em Regime de Permanência:** Cíntia Manuela da Silva  
**Pelouros:** Ação Social, Cultura, IPSS e Saúde

### Vereadores sem pelouros atribuídos



José Tiago Ferreira Couto Duarte



Francisco Meireles Cardoso



Graça Maria Henriques Pereira



Horácio Moita Francisco

## 1.2. Composição da Assembleia Municipal

*Deputados Municipais (início de funções a 26/10/2009):*

### Deputados Municipais

José Vieira dos Reis (Presidente)

Henrique Amado Carvalho

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos (Vice-Presidente)

Nuno Miguel Costa Monteiro

Colette Pedrosa de Sousa (Secretário)

António Joaquim Soares Zeferino

Luís Miguel Chagas Vieira Martins

Tânia Sofia Pereira de Oliveira

António dos Reis Ferreira  
Nelson Luís Monteiro Guerra  
Alberto de Matos  
Mariana Cecília Ligeiro Justo  
João Manuel Guerra Bastos

Maria Irene Moreira de Sousa

Luís Miguel Ribeiro Ferraz

Tânia Marisa Correia Oliveira

Raquel Maria Cunha Ferreira

Paulo Fernando Romão Encarnação

António Carlos Costa Jordão

Cristóvão Mira Ribeiro

Leonor Ferreira Faustino

Germano Santos Pragosa (Presidente da  
Junta Freguesia da Batalha)

Carlos Alberto Monteiro dos Santos  
(Presidente da Junta de Freguesia da  
Golpilheira)

António Fernando Martins de Sousa Lucas  
Presidente da Junta de Freguesia do  
Reguengo do Fetal)

Silvestre Pereira Carvalhana (Presidente da  
Junta de Freguesia de São Mamede)

### 1.3. Organização dos Serviços

Com a introdução do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais a Assembleia Municipal aprovou, em Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2010 (ponto 12), a adaptação da organização interna e funcionamento dos órgãos e serviços autárquicos à nova realidade legislativa, pelo que foi aprovado um **Modelo Estrutural Hierarquizado**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Art.º 9.º, em conjugação com o Art.º 10.º do D.L. n.º 305/2009, de 23 de Outubro, em diário da república, 2.ª série, n.º 245, de 20/12/2010. Contudo, com a publicação da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, foi aprovado o novo estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos das administrações central, regional e local do Estado, com consequentes implicações no atual modelo de organização interna dos serviços.



A Lei nº 49/2012 entrou em vigor no dia 30 de Agosto, e obrigatoriamente os municípios adotaram mecanismos de adequação das estruturas orgânicas então existentes, aos novos critérios do citado diploma. O Município da Batalha adaptou a sua Estrutura Orgânica tendo em consideração esta nova realidade legislativa, e que vai implicou o/a:

- ✓ Supressão do cargo de diretor de departamento e consequentemente do departamento de administração geral;
- ✓ Provimento de um máximo de 3 chefias de divisão municipal, contra as atuais 4 em comissão de serviço (e 5 previstas no Regulamento Interno de Serviços), implicando a reorganização administrativa das existentes, de forma que as unidades flexíveis correspondam pelo menos ao mesmo número de chefias a prover.

*Pela Assembleia Municipal foi fixada a seguinte estrutura:*

#### **A. Número Máximo de Estruturas Flexíveis (3):**

A dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis é fixada em 3, correspondente à seguinte estrutura:

- Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais (DOTOM);
- Divisão de Manutenção e Exploração (DME);
- Divisão de Administração Geral (DAG).

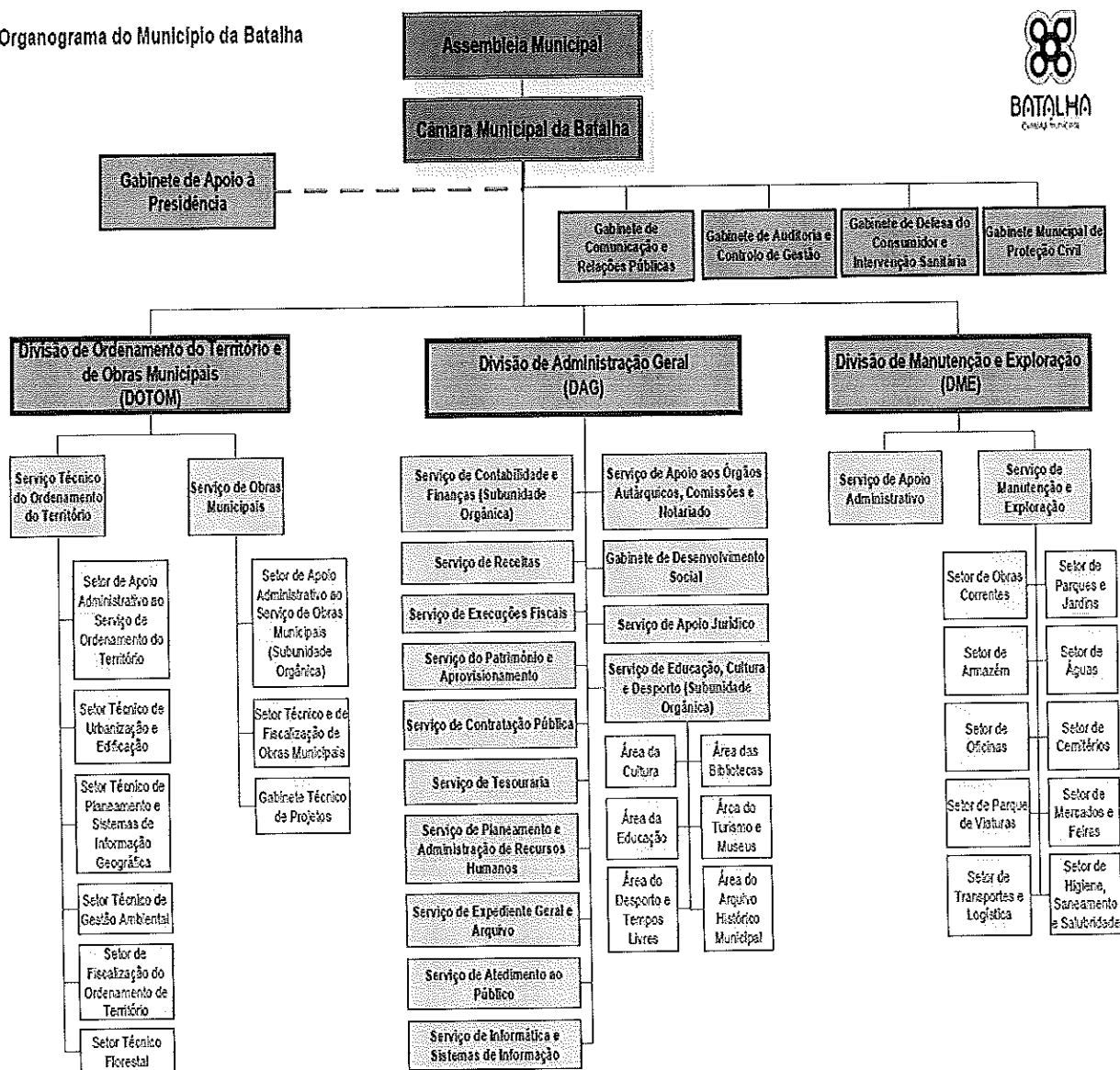
#### **B. Número Máximo de Subunidades Orgânicas (5):**

A dotação máxima de Subunidades Orgânicas é fixada em 3, correspondente à seguinte estrutura:

- Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Educação, Cultura e Desporto;
- Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Contabilidade;
- Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Obras Municipais.

*Da qual resultou o seguinte organigrama dos serviços:*

Organograma do Município da Batalha



Modelo Estrutural Hierárquico – Conforme Dec. Lei 305/2009, de 23 de Outubro

## PARTE II - RECURSOS HUMANOS

### 1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

#### 1.1. Controlo do Mapa de Pessoal

A estrutura de recursos humanos em 31 de Dezembro, era composta por 91 colaboradores. No que diz respeito à relação de vínculo, podemos concluir que apenas 9 colaboradores integrados como docentes das AEC's detêm uma relação de vínculo por contrato a termo resolutivo, cuja contratação foi feita através da plataforma da DGRHE, e em função das necessidades do ano letivo.

O efetivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

*Efectivo Total distribuído por Relação de Vínculo*

Classes	Relação de Vínculo				Total
	CT Tmp Indet.	Comissão Serviço	CT Termo	Outra	Total
Dirigentes		5			5
Técnicos Superiores	11		9		20
Assistentes Técnicos	29				29
Assistentes Operacionais	36				36
Informática	1				1
Outros	-				-
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>91</b>
Prestadores de Serviços		-	-	1	1

Verificaram-se 9 admissões que dizem respeito aos docentes das AEC's, devido à necessidade de assegurar a competência delegada pelo Ministério da Educação no apoio às actividades de enriquecimento curricular nas escolas primárias do Concelho da Batalha.

### *Admissões de Colaboradores*

Classes	Procº Concursal	Comissão Serviço	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	9			9
Assistentes Técnicos				0
Assistentes Operacionais				0
Informática				0
Outros				0
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>

Em contrapartida, registaram-se 16 saídas, das quais destacamos a caducidade de 11 contratos a termo (10 técnicos superiores das Atividades de Enriquecimento Curricular; 1 técnicos superior na área da fiscalização), e 1 assistente técnico com licença sem vencimento e 4 assistentes operacionais por aposentação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

### *Saídas de Colaboradores*

Classes	Caducidade CT Termo	Revogação e outras situações	Aposentações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	10			10
Assistentes Técnicos	1	1		2
Assistentes Operacionais			4	4
Informática				0
Outros				0
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>16</b>

## 1.2. Custos com Pessoal e afectação do Limite Legal

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam a 1.660.020 €, verificando-se um decréscimo em relação ao ano anterior de 239.844 € [-12,6%], tendo sido adotadas as medidas de contenção da despesa previstas na Lei nº 64-B/2011, de 30/12.

### *Custos com Pessoal*

Descritivo	2011	2012	Peso %	Var. 10-11
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>1.396.679</b>	<b>1.201.585</b>	<b>72,4%</b>	<b>-14,0%</b>
Membros dos Órgãos Autárquicos	92.914	92.857	5,6%	-0,1%
Pessoal do Quadro	939.169	917.881	55,3%	-2,3%
Pessoal em qualquer outra situação	36.661	43.918	2,6%	19,8%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	4.750	5.050	0,3%	6,3%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	101.584	58.536	3,5%	-42,4%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	29.809	19.640	1,2%	-34,1%
Subsídio de Férias e de Natal	191.792	63.702	3,8%	-66,8%
<b>Outras Despesas c/ Pessoal</b>	<b>186.542</b>	<b>183.223</b>	<b>11,0%</b>	<b>-1,8%</b>
Deslocações e Ajudas de Custo	5.866	10.737	0,6%	83,0%
Trabalho Extraordinário	27.278	12.006	0,7%	-56,0%
Subsídio de Refeição	104.263	113.730	6,9%	0,0%
Abonos para falhas	1.266	1.260	0,1%	-0,5%
Abonos e Senhas Presença	14.304	12.245	0,7%	-14,4%
Representação	33.565	33.246	2,0%	-1,0%
Suplementos e Prémios	0	0	0,0%	100,0%
<b>Segurança Social</b>	<b>316.643</b>	<b>275.212</b>	<b>16,6%</b>	<b>-13,1%</b>
Pensões	2.640	2.306	0,1%	-12,7%
Encargos com a Saúde	54.575	42.926	2,6%	-21,3%
Subsídio familiar a crianças e jovens	15.194	13.752	0,8%	-9,5%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	37.817	19.646	1,2%	-48,1%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	195.102	185.437	11,2%	-5,0%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0,0%	
Seguros de Pessoal	11.315	11.146	0,7%	-1,5%
<b>TOTAL</b>	<b>1.899.864</b>	<b>1.660.020</b>	<b>100%</b>	<b>-12,6%</b>

As Despesas com pessoal mantiveram-se no limite legal imposto pelos D.L. nº 116/84 e 44/85. Este limite só foi parcialmente utilizado em 38,9%, registando-se uma situação de igual nível de afetação em relação a período homólogo do ano anterior. O custo médio por efetivo diminuiu na ordem dos 949 € / ano.

### *Limite Legal \_ Custos com Pessoal*

Ano referência	2011	2012
Nº Efetivos (Trabalhadores)	99	91
Custo Médio por Efetivo	19.191	18.242
<i>Limite Legal de Afetação Receita Corrente</i>	<i>23,4%</i>	<i>23,3%</i>
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afetação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respetivo exercício é de 60%.		
<b>% Afetação do Limite Legal (D.L. 116/84 e 44/85)</b>	<b>38,9%</b>	<b>38,9%</b>

O indicador do limite legal de custos com pessoal reflecte uma boa política de gestão de recursos. A nível nacional, constitui uma das mais baixas percentagens de representatividade das despesas com pessoal sobre a receita corrente (de apenas 23,3%).

### 1.3. Absentismo / Assiduidade

O absentismo traduzido no número de dias de ausência ascendeu os 1.364 dias. No ano anterior registaram-se 2.130 dias de ausência. Significa que, no ano em análise, houve um decréscimo de absentismo de 766 dias.

#### *Absentismo*

Classes	Dias de Absentismo (faltas) / Férias							Total F/ Dias
	Casamento	Falec. Familiar	Doença	Por Ac. Trab	Assist. Familiar	Trab. Estudante	Outras	
Dirigentes			1				3	4
Técnicos Superiores			25		2		18,5	45,5
Assistentes Técnicos			68		48	101	83,5	300,5
Assistentes Operacionais		18	855	89	10		33,5	1005,5
Informática			0		1		7,5	8,5
Outros								0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>949</b>	<b>89</b>	<b>61</b>	<b>101</b>	<b>146</b>	<b>1364</b>

### 1.4. Formação Profissional

No ano em análise, foram ministradas 554,5 horas de formação, assim distribuídas por grupos profissionais:

- Dirigentes (126 h);
- Técnicos Superiores (210,5 h);
- Assistentes Técnicos: (218 h);
- Assistentes Operacionais (0 h);

## PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

### **1. ANÁLISE ORÇAMENTAL**

#### **1.1. Execução Orçamental da Receita**

No exercício de 2012 verificou-se uma diminuição global das receitas cobradas em 15,6%, relativamente ao ano anterior. Esta redução resultou, em parte, do decréscimo das transferências de capital (- 1.245.594 €), com particular influência as receitas provenientes de fundos comunitários e devido ao facto de não termos recorrido a empréstimos bancários. No entanto, as receitas correntes cobradas aumentaram em 85.348 €, devido ao aumento das taxas do IMI.

As receitas obtidas dos fundos comunitários no montante de 1.904.942 €, registaram um decréscimo real de 1.053.965 €. Os projetos integrados no QREN que obtiveram contrapartidas comunitárias no ano em análise, foram a Beneficiação do Caminho Municipal 1265 – Estrada de S. João à Torre [21.981,31 €]; a construção do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha [119.902,69 €]; a Requalificação do Largo da Feira de S. Mamede [37.177,19 €]; a RARD Garruchas [44.530,49 €], a RARD do vale da Seta [94.412,08 €], o Caminho Vicinal Qta. Sobrado, Cancelas [21.925,22 €], a Construção do Centro Educativo de S. Mamede [564.707,94 €], a construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Golpilheira [365.383,10 €], a requalificação do Largo 14 de Agosto [26.248,12 €], a requalificação urbanística da via entre Igreja Matriz e rotunda da estrada de Fátima [412.455,10], a beneficiação do caminho 1443 à estrada de Fátima à Torre [11.851,13 €], a execução do Centro de BTT [76.426,09 €], os projetos de defesa da floresta [107.941,23 €], de entre outros. Em termos de execução de receita, verifica-se que foram liquidados, em 2012, 10.900.242 €. Em igual período do ano anterior a receita liquidada foi de 13.333.686 €. A taxa de execução orçamental situou-se nos 69,9%, denotando um acréscimo nominal de 8 pontos percentuais em relação ao ano passado.

### Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2011					Exercício 2012				
	Orçada	Liquidada	Cobrada (Liquidada)	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Liquidada	Cobrada (Liquidada)	Desvio (valor)	Tx. Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3-1]	[1]	[2]	[3]	5 = [3-1]	6 = [3-1]
01 Impostos Diretos	2.639.616	2.380.475	2.365.379	-274.237	89,6%	2.514.717	2.510.036	2.483.504	-31.213	98,6%
02 Impostos Indiretos	152.842	106.211	105.865	-46.977	69,3%	135.847	90.916	90.916	-44.931	66,9%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	524.744	464.361	461.866	-62.878	88,0%	617.770	523.063	523.065	-94.685	84,7%
05 Rendimentos de Propriedade	882.043	652.099	649.730	-232.313	73,7%	648.249	543.672	415.678	-232.571	64,1%
06 Transferências Correntes	3.322.433	3.144.753	3.029.111	-293.322	91,2%	3.354.661	2.997.063	3.112.705	-241.956	92,8%
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	457.295	788.739	467.889	10.594	102,3%	520.656	501.209	549.127	28.471	105,5%
08 Outras Receitas Correntes	16.915	25.287	17.552	737	104,4%	3.663	15.876	7.825	3.662	197,5%
<b>Recettas Correntes</b>	<b>7.995.888</b>	<b>7.561.925</b>	<b>7.097.492</b>	<b>-898.396</b>	<b>88,8%</b>	<b>7.795.863</b>	<b>7.181.835</b>	<b>7.182.840</b>	<b>-613.023</b>	<b>92,1%</b>
09 Venda de Bens de Investimento	650.000		0	-650.000	0,0%	445.000			-445.000	0,0%
10 Transferências de Capital	9.478.218	4.371.034	4.352.578	-5.125.640	45,9%	6.875.251	3.194.193	3.106.584	-3.768.267	45,2%
11 Ativos Financeiros			0	0					0	0,0%
12 Passivos Financeiros	2.500.000	1.325.000	1.325.000	-1.175.000	53,0%				0	#DIV/0!
13 Outras Receitas de Capital	-94.157	73.038	59.121	-35.036	62,6%	2.000	142.708	142.708	140.708	7135,4%
<b>Recettas Capital</b>	<b>12.722.375</b>	<b>5.769.072</b>	<b>5.736.699</b>	<b>-6.985.676</b>	<b>45,1%</b>	<b>7.322.251</b>	<b>3.336.901</b>	<b>3.249.692</b>	<b>-4.072.559</b>	<b>44,4%</b>
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	5.550	2.689	2.589	-2.861	48,5%	1.000	24.149	24.149	23.149	2414,9%
Saldo da Gerência Anterior *	0	0	0	0		357.357	357.357	357.357	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>20.723.813</b>	<b>13.333.685</b>	<b>12.836.880</b>	<b>-7.886.933</b>	<b>61,6%</b>	<b>15.476.471</b>	<b>10.900.242</b>	<b>10.814.039</b>	<b>-4.662.432</b>	<b>69,6%</b>

\* Não considerada a utilização do Saldo da Gerência Anterior para o ano 2012

As receitas fiscais resultantes de impostos diretos aumentaram globalmente 6,1%, sendo determinante o crescimento do IMI (+10,5%) e IVC (+19,3%). A derrama continua a decair (-3%), espelhando a recessão económica do mercado imobiliário e nos setores industrial e de construção civil.

### Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2011				Exercício 2012				Var. (%)
	Orçada	Cobrada	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Cobrada	Desvio (valor)	Tx. Exec.	RC '11-12
	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	
IMI / Contribuição Autárquica	1.202.892	1.211.166	8.274	100,7%	1.165.156	1.338.127	172.971	114,6%	10,5%
IUC / IMV	272.858	313.825	40.967	115,0%	278.815	374.466	95.651	134,3%	19,3%
IUT / SISA	774.105	529.499	-244.606	68,4%	760.294	495.772	-264.522	65,2%	-6,4%
Derrama	389.594	310.888	-78.705	79,8%	310.452	301.672	-8.780	97,2%	-3,0%
Impostos Abolidos	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Outros	167	0	-167	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
<b>Impostos Diretos</b>	<b>2.639.616</b>	<b>2.365.379</b>	<b>-274.237</b>	<b>89,6%</b>	<b>2.514.717</b>	<b>2.510.035</b>	<b>-4.681</b>	<b>99,8%</b>	<b>6,1%</b>
Mercados e Feiras	40.717	40.140	-577	98,6%	40.116	37.389	-2.727	93,2%	-6,9%
Loteamentos e Obras Urbanização	87.639	48.169	-39.441	55,0%	74.214	41.028	-33.186	55,3%	-14,9%
Ocupação Via Pública	8.487	5.660	-2.827	66,7%	6.401	4.332	-2.069	67,7%	-23,5%
Publicidade	9.146	10.386	1.240	113,6%	9.137	6.689	-2.448	73,2%	-35,6%
Outros Imp. Indirectos	2.208	1.481	-727	67,1%	5.979	1.477	-4.502	24,7%	-0,3%
<b>Impostos Indiretos</b>	<b>148.197</b>	<b>105.865</b>	<b>-42.332</b>	<b>71,4%</b>	<b>135.847</b>	<b>80.816</b>	<b>-44.931</b>	<b>66,9%</b>	<b>-14,1%</b>
Mercados e Feiras	150	405	256	270,7%	278	2.590	2.312	931,6%	537,9%
Loteamentos e Obras Urbanização	80.394	68.640	-13.754	82,9%	72.483	71.224	-1.259	98,3%	6,9%
Ocupação Via Pública	2.322	2.253	-69	97,0%	2.070	1.546	-524	74,7%	-31,4%
Caça, uso e porte de arma	178	129	-49	72,5%	169	134	-35	79,3%	3,8%
Licenciamento Industrial	16	87	71	543,8%	60	0	-60	0,0%	100,0%
Multas, Outras Penalidades e outras Taxas	14.160	55.835	41.675	394,3%	7.465	20.113	12.647	269,4%	-64,0%
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>97.220</b>	<b>125.350</b>	<b>28.130</b>	<b>128,9%</b>	<b>82.526</b>	<b>85.607</b>	<b>13.081</b>	<b>115,9%</b>	<b>-23,7%</b>
<b>Total</b>	<b>2.885.033</b>	<b>2.596.594</b>	<b>-288.439</b>	<b>90,0%</b>	<b>2.733.090</b>	<b>2.696.559</b>	<b>-36.531</b>	<b>98,7%</b>	<b>3,8%</b>

O grau de execução dos impostos diretos situou-se nos 2.510.036 €, ou seja, 99,8% do previsto.



## 1.2. Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa (despesas pagas/orçamento anual) atingiu os 66,1%. As despesas totais (realizadas) sofreram uma redução de 3.224.849 €, cuja taxa de decréscimo foi de 23,4 % em relação ao ano anterior. Este efeito, resultou fundamentalmente da redução do volume de investimento [-2.678.865 €].

### Execução da Despesa

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida no exercício e para exercícios futuros	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometida e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	1.838.900	1.675.603	1.660.020	-178.880	90,3%	15.583
02 Aquisição de bens e Serviços	5.687.051	5.238.314	4.581.832	-1.105.219	80,6%	654.482
03 Juros e Outros encargos	55.992	49.264	49.264	-6.728	88,0%	0
04 Transferências Correntes	608.596	539.437	450.364	-158.232	74,0%	89.073
05 Subsídios	338.260	338.051	338.051	-209	99,9%	0
06 Outras Despesas Corrente	143.820	127.518	114.138	-29.682	79,4%	13.380
<b>Despesas Correntes</b>	<b>8.672.619</b>	<b>7.966.187</b>	<b>7.193.669</b>	<b>-1.478.950</b>	<b>82,9%</b>	<b>772.518</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	6.437.752	3.000.131	2.766.655	-3.671.096	43,0%	233.475
08 Transferência de Capital	125.000	84.981	76.466	-48.534	61,2%	8.515
09 Ativos Financeiros						
10 Passivos Financeiros	241.100	191.161	191.161	-49.939	79,3%	0
11 Outras Despesas Capital						
<b>Despesas Capital</b>	<b>6.803.852</b>	<b>3.276.272</b>	<b>3.034.282</b>	<b>-3.769.570</b>	<b>44,6%</b>	<b>241.990</b>
<b>Total</b>	<b>15.476.471</b>	<b>11.242.459</b>	<b>10.227.951</b>	<b>-5.248.520</b>	<b>66,1%</b>	<b>1.014.508</b>

O grau de execução da classe 07 – Aquisição de bens de capital foi menos expressivo do que no ano anterior, situando-se nos 43%. A despesa comprometida nesta rubrica atingiu 3 milhões de euros, devido ao impacto na aplicação da LCPA. O peso relativo (%) da despesa corrente sobre as despesas totais aumentou em 14,7% no ano económico em análise, devido ao decréscimo substancial das transferências dos fundos estruturais do QREN.

### Comparativo da Despesa (2011 – 12)

	2011			2012			Var. %
	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	DR 2011-2012
01 Pessoal	1.899.862	1.916.881	13,9%	1.660.020	1.674.860	15,8%	-12,6%
02 Aquisição de bens e Serviços	4.012.714	4.595.625	33,3%	4.581.832	4.843.831	45,8%	5,4%
03 Juros e Outros encargos	33.394	39.226	0,3%	49.264	49.264	0,5%	25,6%
04 Transferências Correntes	505.392	587.927	4,3%	450.364	502.969	4,8%	-14,5%
05 Subsídios	392.406	402.981	2,9%	338.051	338.051	3,2%	-16,1%
06 Outras Despesas Corrente	235.682	248.772	1,8%	114.138	115.104	1,1%	-53,7%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.079.450</b>	<b>7.791.392</b>	<b>56,4%</b>	<b>7.193.669</b>	<b>7.524.079</b>	<b>71,1%</b>	<b>-3,4%</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	5.078.959	5.465.284	39,6%	2.766.656	2.786.419	26,3%	-49,0%
08 Transferência de Capital	170.366	180.500	1,3%	76.466	76.466	0,7%	-57,6%
09 Ativos Financeiros	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
10 Passivos Financeiros	365.797	365.797	2,7%	191.161	191.161	1,8%	-47,7%
11 Outras Despesas Capital	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
<b>Despesas Capital</b>	<b>5.615.122</b>	<b>6.011.582</b>	<b>43,6%</b>	<b>3.034.282</b>	<b>3.054.046</b>	<b>28,9%</b>	<b>-49,2%</b>
<b>Total</b>	<b>12.694.573</b>	<b>13.802.974</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.227.951</b>	<b>10.578.125</b>	<b>100,0%</b>	<b>-23,4%</b>

Os apoios ao associativismo realizados em 2012 foram na ordem dos 387.099 € e tiveram larga expressão no cômputo geral das transferências correntes. No ano anterior foi paga despesa por conta do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo (PMAA) na ordem dos 764.731 €, mas que se reportavam a protocolos que foram celebrados em mais de um ano económico e que foram sendo satisfeitos (liquidados) à medida que as coletividades iam justificando despesa.

### Transferências Correntes e de Capital

	Exercício 2011		Exercício 2012	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
<b>Transferências Correntes</b>				
Apoios ao Associativismo (PDC)	390.371	36,81%	362.055	41,86%
Freguesias	17.682	1,67%	2.441	0,28%
Empresa Municipal (*)	392.406	37,01%	338.051	39,09%
Outras Transf's	89.550	8,45%	85.868	9,93%
<b>Transferências de Capital</b>				
Apoios ao Associativismo (PDC)	44.046	4,15%	25.044	2,90%
Freguesias	126.321	11,91%	51.422	5,95%
Empresa Municipal (*)	0	0,00%	0	0,00%
Outras Transf's	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>1.060.376</b>		<b>864.881</b>	

\* Inclui subvenções financeiras à ISERBATALHA. Excetuam-se contratos de prestação de serviços.

### 1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 65%. Obtivemos um índice de **eficiência orçamental** mais contido do que no ano anterior (72%), devido à implementação da LCPA que condicionou significativamente a assunção de novos compromissos. A capacidade financeira subjacente a baixos níveis de endividamento e o equilíbrio de tesouraria atingido, constituem fatores que garantem a sustentabilidade financeira do Município e que viabilizam a execução do seu plano plurianual de investimentos.

#### *Execução das Grandes Opções do Plano*

OBJECTIVO/PROGRAMA	DESPESA		Dotação		Taxa Exec. D=[B/C]
	Facturada [A]	Paga [B]	Comprom. [B]	Definida [C]	
<b>1 FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>574.555</b>	<b>573.580</b>	<b>594.262</b>	<b>645.992</b>	<b>92%</b>
111 Administração Geral	226.168	225.193	237.683	273.000	87%
121 Proteção Civil e Luta contra Incêndios	348.387	348.387	356.579	372.992	96%
<b>2 FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>6.109.470</b>	<b>5.927.781</b>	<b>6.373.442</b>	<b>9.830.306</b>	<b>65%</b>
211 Ensino Não Superior	834.893	834.893	836.073	898.006	93%
212 Serviços Auxiliares de Ensino	800.126	778.473	891.044	982.439	91%
221 Serviços Individuais de saúde	12.283	12.283	12.283	20.640	60%
232 Ação Social	28.064	27.218	31.553	49.050	64%
241 Habitação	0	0	0	9.000	0%
242 Ordenamento do território	702.797	700.306	711.197	2.652.630	27%
243 Saneamento	1.087.379	1.005.066	1.146.199	1.267.174	90%
244 Abastecimento de Água	22.445	18.373	23.072	51.670	45%
245 Resíduos Sólidos	904.931	889.045	974.225	1.081.795	90%
246 Proteção Meio Ambiente Conserv. Natureza	443.550	443.550	443.634	482.061	92%
251 Cultura	278.472	276.649	282.743	323.525	87%
252 Desporto Recreio e Lazer	994.530	941.924	1.021.418	2.012.316	51%
253 Outras Atividades Cívicas e Religiosas					
<b>3 FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>355.695</b>	<b>349.172</b>	<b>358.467</b>	<b>826.130</b>	<b>43%</b>
320 Indústria e Energia	10.311	10.311	12.894	18.500	70%
331 Transportes Rodoviários	256.335	249.812	256.523	513.131	50%
340 Comércio e Turismo					#DIV/0!
341 Mercados e Feiras					
342 Turismo	89.049	89.049	89.049	294.499	30%
<b>4 OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>121.437</b>	<b>121.437</b>	<b>129.952</b>	<b>185.750</b>	<b>70%</b>
410 Operações da Dívida Autárquica	67.574	67.574	67.574	86.100	78%
420 Transferências entre Administrações	53.863	53.863	62.378	99.650	63%
<b>TOTAL</b>	<b>7.161.158</b>	<b>6.971.971</b>	<b>7.456.122</b>	<b>11.488.178</b>	<b>65%</b>

#### RESUMO :

<b>1 FUNÇÕES GERAIS</b>	574.555	573.580	594.262	645.992	<b>92%</b>
<b>2 FUNÇÕES SOCIAIS</b>	6.109.470	5.927.781	6.373.442	9.830.306	<b>65%</b>
<b>3 FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	355.695	349.172	358.467	826.130	<b>43%</b>
<b>4 OUTRAS FUNÇÕES</b>	121.437	121.437	129.952	185.750	<b>70%</b>

No mapa da execução das GOP's, retratámos os *objetivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, acção social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infra-estruturas rodoviárias, etc.; constituindo o instrumento de análise dos recursos financeiros que foram directamente aplicados ao serviço da população. De facto, este é um Plano Estratégico que afetou 7.456.122 € (compromissos assumidos) do orçamento global aos projetos e programas inicialmente propostos em sede de orçamento, a título das prioridades definidas pelo Executivo.

O ordenamento do território a par do saneamento básico, constituem os principais investimentos, logo seguido da cultura e desporto. No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes estão evidenciados os projetos com maior representatividade na execução da despesa (ver – Anexo: Mapas Orçamentais).

Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

*Fontes de Financiamento dos Investimentos*

	Exercício 2011		Exercício 2012	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Empréstimos Bancários M/L prazo	0	0,0%	0	0,0%
Venda de Bens de Investimento	0	0,0%	0	0,0%
Transferências de Capital				
FEF K (O.E.)	1.393.672	24,8%	1.309.984	43,2%
Contratos-Programa	0	0,0%	0	0,0%
Fundos Comunitários	2.958.906	52,7%	1.797.000	58,2%
Outras Receltas de Capital	59.121	1,1%	142.708	4,7%
Receltas Próprias de Funcª	1.203.423	21,4%	-215.410	
<b>Investimento Pago</b>	<b>5.615.122</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.034.282</b>	<b>100,0%</b>

#### 1.4. Indicadores de Gestão orçamental

Com a ligeira evolução das receitas próprias de funcionamento, a saúde financeira da Autarquia passou de 1% para 2%, situação corroborada pelo peso relativo das receitas de funcionamento sobre as receitas totais (70% no ano em análise, quando em período homólogo do ano anterior era de 56%). Pode-se verificar no mapa seguinte que, a Autonomia Financeira passou de 98.265 € para 159.923 €. O nível de independência da receita própria face ao exterior é de 70%.

##### *Indicadores Orçamentais*

INDICADORES	2010	2011	2012
<b>Receitas Fiscais</b> (Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.)	3.550.157	2.948.244	3.124.040
<b>Receitas Próprias de Funcionamento</b> (Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros)	8.270.328	7.177.715	7.353.592
<b>Serviço da Dívida</b> (Encargos Financeiros + Passivo Financeiro)	154.326	399.191	234.592
<b>Receltas de Funcionamento / Receitas Totais</b>	68%	56%	70%
<b>Autonomia Financeira</b> (Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes)	1.511.729	98.265	159.923
<b>Saúde Financeira</b> (Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.)	18%	1%	2%

Verifica-se estruturalmente que a autarquia goza de equilíbrio financeiro, situação das mais confortáveis a nível nacional.

## **2. ANÁLISE PATRIMONIAL : BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

### **2.1. Análise ao Balanço**

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2012.

Pela análise da sua estrutura, verificamos que os fundos patrimoniais da autarquia, no montante de 40.015.176 €, registaram uma diminuição de 2.027.159 € em relação a 2011, novamente pela influência dos resultados líquidos negativos do exercício.

A dívida a médio e longo prazo diminuiu em 191.161 €, sob a forma de empréstimos a longo prazo. Este facto, resultou, em parte, da amortização extraordinária no valor de 77.062 € de um empréstimo celebrado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha, por força da aplicação do nº 4 do artigo 65º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

A expressiva rubrica dos proveitos diferidos de 12.415.961 €, diz respeito, fundamentalmente, ao diferimento dos apoios financeiros não reembolsáveis provenientes dos fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

No ativo circulante as dívidas de terceiros registaram um ligeiro aumento de 36.202 €, contribuindo para tal os valores resultantes dos ramais domiciliários faturados aos munícipes pela entrada em funcionamento de novas redes de águas residuais domésticas.

## Balanço

Activo	2012			2011		Var. (valor)
	AB	AP	AL	AL		
<b>Imobilizado:</b>						
<b>Bens de Domínio Público:</b>						
Terrenos e recursos naturais.....	3.751		3.751	3.751		0
Edifícios.....			0	0		0
Outras construções e infra-estruturas.....	78.559.224	41.260.842	37.298.382	38.299.753		-1.001.370
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural.....	50.000		50.000	50.000		0
Outros bens de domínio público.....			0	0		0
Imobilizações em curso.....	643.967		643.967	2.634.136		-1.990.169
Adiantamentos por conta de bens de domínio público.....						
	79.256.942	41.260.842	37.996.103	40.987.640		-2.991.539
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação.....			0	0		0
Despesas de Investigação e de desenvolvimento.....			0	0		0
Propriedade industrial e outros direitos.....			0	0		0
Imobilizações em curso.....	232.797		232.797	198.719		34.077
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....						0
	232.797	0	232.797	198.719		34.077
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais.....	809.772		809.772	791.340		18.432
Edifícios e outras construções.....	15.496.905	1.792.187	13.704.718	12.407.746		1.296.972
Equipamento básico.....	1.502.763	1.068.768	433.995	480.373		-46.378
Equipamento de transporte.....	826.229	685.606	140.623	184.583		-43.959
Ferramentas e utensílios.....	378.054	299.677	78.377	106.050		-27.673
Equipamento administrativo.....	1.261.369	1.128.987	132.382	131.339		1.043
Texas e vasilhame.....			0	0		0
Outras imobilizações corpóreas.....	325.807	183.010	142.797	88.922		53.875
Imobilizações em curso.....	819.081		819.081	1.033.268		-264.187
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....			0	0		0
	21.419.979	5.158.234	16.261.745	15.273.620		988.125
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital.....	166.789		166.789	166.789		0
Obrigações e títulos de participação.....	50.880		50.880	43.110		7.769
Investimentos em imóveis.....			0	0		0
Outras aplicações financeiras.....			0	0		0
Imobilizações em curso.....			0	0		0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....			0	0		0
	217.669	0	217.669	209.900		-7.769
<b>Circulante:</b>						
<b>Existências:</b>						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....	255.240		255.240	247.007		8.233
Produtos e trabalhos em curso.....			0	0		0
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugo.....			0	0		0
Produtos acabados e intermédios.....			0	0		0
Mercadorias.....			0	0		0
Adiantamentos por conta de compras.....			0	0		0
	255.240	0	255.240	247.007		8.233
<b>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>						
Clientes, c/c.....			0	0		0
Contribuintes, c/c.....			0	0		0
Utentes, c/c.....			0	0		0
	0	0	0	0		0
<b>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:</b>						
Empréstimos concedidos.....	17.500		17.500	12.500		4.812
Clientes, c/c.....	97.433		97.433	92.621		4.812
Contribuintes, c/c.....	3.048		3.048	3.073		-25
Utentes, c/c.....			0	0		0
Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosas.....	56.255	56.255	0	0		0
Devedores pela execução do orçamento.....			0	0		0
Adiantamentos a fornecedores.....			0	0		0
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....			0	0		0
Estado e outros entes públicos.....			0	0		0
Administração autárquica.....			0	0		0
Outros Devedores.....	276.893		276.893	245.478		31.414
	451.129	56.255	394.874	358.673		36.202
<b>Títulos negociáveis:</b>						
Ações.....			0	0		0
Obrigações e títulos de participação.....			0	0		0
Títulos de dívida pública.....			0	0		0
Outros títulos.....			0	0		0
Outras aplicações de tesouraria.....	15.108		15.108	15.108		0
	15.108	0	15.108	15.108		0
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>						
Depósitos em instituições financeiras.....	1.057.089		1.057.089	800.742		256.347
Caixa.....	1.937		1.937	479		1.458
	1.059.025	0	1.059.025	801.221		-257.804
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>						
Acréscimos de proveitos.....	131.270		131.270	110.924		20.346
Custos diferidos.....	22.652		22.652	26.910		-4.257
	153.922	0	153.922	137.834		16.089
<b>Total das amortizações</b>		46.419.076				0
<b>Total de Provisões</b>		56.255				0
<b>Total do Activo</b>	103.061.812	46.475.331	56.586.481	58.229.721		-1.643.240

Fundos próprios e passivo	2012	2011	Var. (valor)
<b>Fundos próprios:</b>			
Património.....	51.061.813	51.061.813	0
Ajustamento de partes de capital em empresas.....		-37.089	-37.089
Reservas de reavaliação.....			0
<b>Reservas:</b>			
Reservas legais.....			0
Reservas estatutárias.....			0
Reservas contratuais.....			0
Reservas Livres.....			0
Subsídios.....			0
Doações.....	115.000	115.000	0
Reservas decorrentes de transferências de ativos.....			0
Resultados Transitados.....	-9.126.708	-6.323.551	2.803.158
Resultado Líquido do Exercício.....	-2.034.928	-2.773.838	738.910
<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>40.015.176</b>	<b>42.042.335</b>	<b>-2.027.159</b>
<b>Passivo:</b>			
Provisões para riscos e encargos.....	112.868	0	-112.868
	112.868	0	-112.868
<b>Dividas a terceiros de médio e longo Prazo</b>	<b>2.633.040</b>	<b>2.824.201</b>	<b>-191.161</b>
	2.633.040	2.824.201	-191.161
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
Empréstimos de curto prazo.....			0
Adiantamentos por conta de vendas.....			0
Fornecedores c/c.....	262.964	592.635	-329.671
Fornecedores-faturas em receção e conferência.....	127.469	107.274	20.195
Credores pela execução do orçamento.....			0
Clientes e Utentes com cauções.....	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c.....	19.764	390.264	-370.500
Fornecedores de imobilizado - Faturas em receção e conferência.....	9.420	50.738	-41.319
Estado e outros entes públicos.....	27.307	32.997	-5.690
Administração autárquica.....			0
Outros credores.....	505.088	558.056	-52.968
	952.011	1.731.963	-779.952
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
Acréscimos de custos.....	457.424	501.057	-43.633
Proveitos diferidos.....	12.415.961	11.130.164	1.285.797
	12.873.385	11.631.221	1.242.164
<b>Total do Passivo</b>	<b>16.571.305</b>	<b>16.187.385</b>	<b>383.919</b>
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>56.586.481</b>	<b>58.229.721</b>	<b>-1.643.239</b>



O quadro seguinte é elucidativo de que o imobilizado líquido era na ordem dos 56,6 milhões euros, mormente por influência de uma forte política de investimentos inigualável nas duas últimas décadas, não obstante o efeito gerador de amortizações acumuladas que, em regra, contraria esta tendência.

As amortizações foram calculadas de acordo com a Portaria 671/2000.

### *Estrutura do Ativo Líquido*

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo	2010	2011	2012	VAR. (%)
Bens de domínio público	43.145.599	40.987.640	37.996.100	-7,30%
Imobilizado incorpóreo	182.336	198.719	232.797	17,15%
Imobilizado corpóreo	10.915.917	14.190.352	15.442.664	8,83%
Imobilizado em curso	2.553.302	1.083.268	819.081	-24,39%
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>56.797.154</b>	<b>56.459.979</b>	<b>54.490.642</b>	<b>-3,49%</b>
Investimentos financeiros	209.900	209.900	217.669	3,70%
Existências	250.851	247.007	255.240	3,33%
Dívidas a receber	216.009	358.673	394.874	10,09%
Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0,00%
Depósitos e caixa	629.310	801.221	1.059.025	32,18%
Acréscimo de proveitos	382.577	110.924	131.270	18,34%
Custos diferidos	17.392	26.910	22.652	-15,82%
<b>Total</b>	<b>1.721.147</b>	<b>1.769.743</b>	<b>2.095.839</b>	<b>18,43%</b>
<b>Activo Líquido</b>	<b>58.518.301</b>	<b>58.229.722</b>	<b>56.586.481</b>	<b>-2,82%</b>

Conforme se pode verificar, registaram-se variações pouco significativas nos investimentos financeiros, resultantes da reversão do ajustamento da aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP).

### *Investimentos Financeiros*

Unidade: milhões de euros

Investimentos Financeiros	2010	2011	2012	VAR. (%)
Partes de capital	166.789	166.789	166.789	0,00%
Obrigações e títulos de participação	43.110	43.110	50.880	18,02%
Investimentos em imóveis				0%
Outras aplicações financeiras				0%
Imobilizações em curso				0%
Adiantamentos				0%
<b>Total</b>	<b>209.899</b>	<b>209.899</b>	<b>217.669</b>	<b>4%</b>

A liquidez reduzida e imediata (tesouraria de curto prazo), está em situação de equilíbrio. A dívida vincenda (e não vencida), cuja cobertura financeira é maioritariamente assegurada por fundos comunitários que, à data da produção do presente relatório, já foram em parte reembolsados também asseguraram grande parte das dívidas de curto prazo perante outros credores.

Em 31/12, o prazo médio de pagamentos situou-se nos 13 dias, corroborando o pontual cumprimento dos compromissos assumidos com as entidades fornecedoras. Temos adoptado medidas que colocam grande pressão junto da CCDRC para o rápido reembolso de pedidos de pagamento de obras co-financiadas pelos fundos comunitários.

### *Estrutura da Liquidez*

Unidade: milhões de euros

Liquidez	2010	2011	2012	VAR. (%)
1 Disponibilidades	629.310	801.221	1.059.025	32%
2 Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0%
3 Dívidas a receber de curto prazo	216.009	358.673	394.874	10%
4 Dívidas a pagar de curto prazo	2.754.901	1.731.963	952.011	-45%
5 Líquidez (5=1+2+3-4)	-1.894.474	-556.961	516.997	

Apesar da influência dos resultados transitados acumulados negativos, os fundos patrimoniais mantiveram-se estabilizados. A variação homólogo é de - 4,82% em relação a 2011, não comprometendo a solidez da estrutura dos capitais próprios face ao ativo líquido.

### *Fundos Próprios*

Unidade: milhões de euros

Componentes dos Fundos Próprios	2010	2011	2012	VAR. (%)
Fundo patrimonial	50.899.719	51.061.813	51.061.813	0,00%
Ajustamentos de partes de capital em empresas	-37.089	-37.089		-100,00%
Reservas + subsídios + doações	115.000	115.000	115.000	0,00%
Resultados transitados	-4.985.521	-6.323.551	-9.126.708	44,33%
Resultados do exercício	-1.338.030	-2.773.838	-2.034.928	-26,64%
Total dos fundos próprios	44.654.079	42.042.335	40.015.176	-4,82%

## 2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)

A dívida a médio e longo prazo diminuiu 6,77% sob a forma de empréstimos a longo prazo. No ano anterior tinha aumentado 51,43% devido à utilização de uma tranche do empréstimo contratualizado com o BBVA. O passivo de curto prazo diminuiu em 45,03%, demonstrando uma excelente performance da tesouraria para pagamento dos compromissos assumidos. Por isso, não existe dívida em mora.

### *Componentes do Passivo*

Componentes do Passivo	Unidade: milhões de euros			VAR. (%)
	2010	2011	2012	
Dívidas a médio e longo prazo	1.864.998	2.824.201	2.633.040	-6,77%
Dívidas a curto prazo	2.754.901	1.731.963	952.011	-45,03%
<b>Total de dívidas a tercelros</b>	<b>4.619.899</b>	<b>4.556.164</b>	<b>3.585.051</b>	<b>-21,31%</b>
Provisões para riscos e encargos	0	0	112.868	0,00%
Acréscimo de custos	511.303	501.057	457.424	-8,71%
Proveitos diferidos	8.733.020	11.130.164	12.415.961	11,55%
	<b>13.864.222</b>	<b>16.187.385</b>	<b>16.571.305</b>	<b>2,37%</b>

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais e pela Lei do Orçamento de Estado.

Em 31 de Dezembro, a dívida da autarquia reflectia o valor de 3.585.051 €, descendo em 21,3% em relação ao exercício anterior.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respectivas declarações não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os *Prazos Médios de Pagamento* situaram-se nos 13 dias, denotando um excelente desempenho da tesouraria. Veja-se a estrutura da dívida nos quadros seguintes:

### *Estrutura da Dívida*

<b>Dívidas a Terceiros (curto prazo)</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Var.Valor</b>
Fornecedores c/c.	699.909	390.433	-309.475
Fornecedores Imobilizado	441.002	29.184	-411.819
Estado e Outros Entes Públicos	32.997	27.307	-5.690
Outros Credores	558.056	505.088	-52.968
<b>Total</b>	<b>1.731.963</b>	<b>952.011</b>	<b>-779.952</b>

<b>Dívidas de Terceiros (curto prazo)</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Var.Valor</b>
Clientes, Contribuintes e Utentes	92.621	97.433	4.812
Clientes, Contribuintes e Utentes, Cobr.Duv.	0	0	0
Contribuintes, c/c.	3.073	3.048	
Estado e Outros Entes Públicos		0	
Empréstimos concedidos	17.500	17.500	0
Outros Devedores	245.478	276.893	31.414
<b>Total</b>	<b>358.673</b>	<b>394.874</b>	<b>36.202</b>

<b>Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Var.Valor</b>
Empréstimos Obtidos	2.824.201	2.633.040	-191.161
<b>Total</b>	<b>2.824.201</b>	<b>2.633.040</b>	<b>-191.161</b>

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida que releva para o limite de endividamento.

O serviço da dívida representou um encargo total de 234.592,33 € (juros – 43.431,72 € e amortizações – 191.160,61 €).

É de realçar as taxas de juros (spreads) mantiveram-se inalterados, não obstante a pressão dos bancos. Numa boa política de gestão dos passivos financeiros, o acompanhamento diário dos *fixings* das taxas de juro e a gestão activa das barreiras dos *swaps* possibilitam o ajustamento destas estruturas à evolução do mercado permitindo assim poupanças significativas.

### **2.3. Afectação dos Limites Legais ao Endividamento**

De acordo com a Lei do Orçamento do Estado, no ano de 2006, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que oneraram as respectivas empresas municipais e associações de municípios em que participam, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podiam exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabia ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior. Excepcionaram-se os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários.

Anteriormente à Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (OE/2003), o segundo limite legal era de 20% sobre D.I. n-1. Com as actualizações à Lei, foi reduzido para metade, comprometendo a nossa capacidade de contrair novos empréstimos, já que o maior dos limites era, com regularidade, aquele que expressava uma indexação ao nível do investimento.

Com a introdução da nova Lei das Finanças Locais, regulamentada pela Lei nº 02/2007, de 15 de Janeiro, interessa avaliar os efeitos *pró-activos* dos novos limites legais do endividamento municipal.

Assim, a LFL vem definir outros níveis de controlo do endividamento autárquico, com maior preponderância para:

1. *Endividamento Líquido*, equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores. O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior, e que agora ficou restringido a 65% do valor que resulta da aplicação da referida fórmula;
2. *Limites ao Crédito Autárquico*, cujo montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º da LFL, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Quando um município não cumpra os limites acima referenciados, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido e serão retidos 10% dos fundos provenientes do FEF.

Com a LOE/2012, a DGAL fixou novo limite legal à capacidade de endividamento da autarquia no montante de 2.326.760 €.

*Endividamento de Médio e Longo Prazo e respetivos limites legais*

Valor excepcionado	523.233,47
Endividamento de Médio e Longo Prazo	2.109.806,55
Contribuição SM + AM + SEL	
Endividamento de Médio e Longo Prazo	2.109.806,55
Longo prazo [valor a 30/06/2011 = 2.276.135 + Contribuição (SM+AM+SEL) = 17.515 + rateio DGAL= 34.443]	2.326.760,00
Margem para contracção/utilização de empréstimos	216.953,45

De acordo com o quadro acima referenciado, depreende-se que não esgotámos o limite concedido pela DGAL, tendo sido utilizados 2.109.806,55 € que contribuíram para a formação do endividamento legalmente autorizado, havendo ainda uma margem para utilização de novos empréstimos no montante de 216.953,45 €. Em 30 de Novembro de 2011, foi publicada a Lei n.º 60-A/2011, que estabeleceu (n.º1 do artigo 53.º) que em 31/12/2011, o valor do endividamento líquido de cada município, calculado nos termos das leis acima referenciadas, não pode exceder o que existia em 31/12/2010. O endividamento líquido do Município a 31/12/2012, resultou do seguinte cálculo:

*Cálculo do Endividamento Líquido*

Passivos - Activos - Ct.2745, 2749 e 414	2.145.621,83
Excepções ao endividamento - Projectos c/ Fundos Comunitários	523.233,47
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>1.622.388,36</b>
Contribuição SM+AM+SEL	-124.568,11
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>1.497.820,25</b>
<b>Limite ao Endividamento Líquido 2012 Lei 64-B/2011 (n.º 1, art.º 64)</b>	<b>2.917.344,00</b>
<b>Margem (End.Liq.Acumulado - Limite End.Líquido)</b>	<b>-1.419.523,75</b>

Significa que sendo o valor do endividamento líquido atingido no final do ano o montante de 1.497.820,25 €, ficámos 1.419.523,75 € abaixo do limite legalmente estabelecido.



## 2.4. Análise à Demonstração de Resultados

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2011 e 2012, pode-se concluir que os proveitos registaram um aumento global de 294.351 euros e os custos totais uma diminuição de 444.558 euros.

### Demonstração de Resultados

		(unidade: Euro)			
Código das Contas POBAL		Exercícios			
		2012		2011	
Custos e Perdas					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0		0	
	Matérias	189.770	189.770	291.767	291.767
62	Fornecimentos e serviços externos	4.030.567		4.134.992	
Custos com pessoal:					
641+642	Remunerações	1.402.191	0	1.597.868	0
643 a 648	Encargos sociais	272.635	5.705.393	311.893	6.044.753
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	795.748	795.748	917.739	917.739
66	Amortizações do exercício	4.319.422		4.192.721	
67	Provisões	130.774	4.450.196	12.767	4.205.488
65	Outros custos e perdas operacionais	222	222	9.621	9.621
	(A) Custos e Perdas Operacionais		11.141.330		11.469.368
68	Custos e Perdas Financeiras	45.663	45.663	40.936	40.936
	(C) Custos e Perdas Correntes		11.186.992		11.510.304
69	Custos e perdas extraordinários	91.315	91.315	212.562	212.562
	(E) Custos e Perdas do Exercício		11.278.308		11.722.866
88	Resultado líquido do exercício		-2.034.928		-2.773.838
			9.243.379		8.949.028
Proveitos e ganhos					
	Vendas de produtos e prestações de serviços:				
7111	Vendas de Mercadorias	2.316		4.281	
7112+7113	Vendas de Produtos	0		0	
712	Prestações de serviços	431.200	433.515	413.717	417.999
72	Impostos e taxas	3.125.383		2.730.723	
	Variação da Produção	0	0	0	0
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	580.394		552.139	
74	Transferências e subsídios obtidos	4.277.344		4.568.739	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	3.588	7.986.708	717	7.852.318
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		8.420.224		8.270.317
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	17.310	17.310	3.646	3.646
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes		8.437.533		8.273.963
79	Proveitos e ganhos extraordinários	805.846	805.846	675.065	675.065
	(F) Proveitos Totais		9.243.379		8.949.028
Resumo:					
	Resultados Operacionais	B-A	-2.721.106		-3.199.051
	Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A)	-28.353		-37.290
	Resultados Correntes	D-C	-2.749.459		-3.236.341
	Resultado líquido do exercício	F-E	-2.034.928		-2.773.838

O acréscimo nos proveitos operacionais de 1,78% [+ 149.907 €], foi influenciado pelo incremento do IMI, IUC e taxas de saneamento e lixos (devido à atualização das tabelas em meados de setembro). O decréscimo dos custos operacionais ficou a dever-se, fundamentalmente, à redução dos custos com pessoal em menos 12,3% [- 234.936 €], devido à saída de 7 postos de trabalho e aplicação do artigo 75º da lei de orçamento de estado (reduções remuneratórias), assim como à redução dos subsídios transferidos para coletividades e entidades que celebraram protocolos com a autarquia [-121.991 €].

*Estrutura de Custos e Proveitos – Peso Relativo (%)*

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b>		<b>% *</b>
<b>Custos e Perdas</b>		
Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	189.770	2%
Fornecimentos e serviços externos	4.030.567	36%
Custos com pessoal	1.674.826	15%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	795.748	7%
Amortizações e Provisões do exercício	4.450.196	39%
Outros custos e perdas operacionais	222	0%
Custos e Perdas Financeiras	45.663	0%
Custos e perdas extraordinários	91.315	1%
<b>(E) Custos e Perdas do Exercício</b>	<b>11.278.308</b>	
<b>Proveitos e ganhos</b>		
Vendas de produtos e prestações de serviços	433.515	5%
Impostos e taxas	3.125.383	34%
Proveitos suplementares	580.394	6%
Transferências e subsídios obtidos	4.277.344	46%
Outros proveitos e ganhos operacionais	3.588	0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	17.310	0%
Proveitos e ganhos extraordinários	805.846	9%
<b>(F) Proveitos Totais</b>	<b>9.243.379</b>	
Resultados Operacionais	-2.721.106	
Resultados Financeiros	-28.353	
Resultados Correntes	-2.749.459	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-2.034.928</b>	

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que as amortizações continuam a representar o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 39% sobre os custos totais do exercício, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise.

Observe-se que, a estrutura de custos com pessoal pesa apenas 15% dos custos totais, constituindo um excelente referencial a nível nacional. No ano anterior, estes custos atingiram os 16%. Os fornecimentos e serviços externos mantêm a representatividade de 36% do total da estrutura de custos.

As transferências e subsídios obtidos representaram 46% da totalidade dos proveitos do exercício, com maior dependência das transferências do Orçamento do Estado, quando no ano anterior era de 51%, significando uma menor dependência de fontes de financiamento externas.

### *Estrutura de Custos*

Unidade: milhões de euros

Custos	2010	2011	2012	VAR. (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	42.775	291.767	189.770	-34,96%
Fornecimentos e serviços externos	3.530.661	4.134.992	4.030.567	-2,53%
Custos com pessoal	1.924.571	1.909.762	1.674.826	-12,30%
Transferências e subsídios concedidos	1.124.317	917.739	795.748	-13,29%
Amortizações e Provisões Exercício	3.849.384	4.205.488	4.450.196	5,82%
Outros custos operacionais	2.057	9.621	222	-97,69%
Custos financeiros	15.778	40.936	45.663	11,55%
Custos extraordinários	542.040	212.562	91.315	-57,04%
<b>Total de custos</b>	<b>11.031.583</b>	<b>11.722.867</b>	<b>11.278.308</b>	<b>-3,79%</b>

Pela leitura das demonstrações financeiras é visível que são os subcontratos os custos com maior representatividade no seio dos FSE (representam 53% do total dos FSE de 2012). Fundamentalmente, são custos relacionados com Recolha de Lixo (Valorlis) [210.191,57 €], Limpeza e recolhas de lixos (Suma) [516.288,94 €], Recolha de Efluentes (Simlis) [856.116,83 €], e valores relativos a prestações de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos públicos (realizados pela empresa municipal – Iserbatalha) [589.537,17 €].

Para compensação da prática de preços sociais impostos pela autarquia no âmbito dos serviços de interesse geral entregues à empresa local ISERBATALHA, houve a necessidade de atribuição de subsídios à exploração no montante de 310.089,30 € para a reposição do seu equilíbrio económico e financeiro.

### *Estrutura de Proveitos*

Unidade: milhões de euros

Proveitos	2010	2011	2012	VAR. (%)
Vendas de mercadorias	4.830	4.281	2.316	-45,91%
Vendas de produtos	0	0		
Variação da produção	0	0		
Prestação de serviços	360.778	413.717	431.200	4,23%
Outras situações	0	0		
Impostos e taxas	3.150.114	2.730.723	3.125.383	14,45%
Transferências e subsídios obtidos	4.622.965	4.568.739	4.277.344	-6,38%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	
Proveitos suplementares	639.344	552.139	580.394	5,12%
Outros proveitos operacionais	948	717	3.588	400,42%
Proveitos financeiros	3.472	3.646	17.310	374,76%
Proveitos extraordinários	911.102	675.065	805.846	19,37%
<b>Total de proveitos</b>	<b>9.693.553</b>	<b>8.949.027</b>	<b>9.243.379</b>	<b>3%</b>

Merece particular destaque, a diminuição das comparticipações e subsídios obtidos de alguns fundos autónomos da administração central, designadamente da Direção Regional de Educação do Centro para o financiamento das atividades de enriquecimento curricular, transportes escolares e outros projetos destinados aos alunos do 1º ciclo do ensino básico.

Em 2011 foram registados proveitos de 342.786 €, quando em igual período de 2012 o valor foi de 262.408 €, para idêntico universo da população escolar.

## **2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial**

Pela leitura dos indicadores de liquidez abaixo referenciados, verifica-se que a tesouraria da autarquia está sólida, cujas disponibilidades existentes em depósitos à ordem asseguram integralmente as dívidas assumidas de curto prazo e ainda garantem meios libertos para a assunção de novos compromissos de curto prazo.

A situação da liquidez geral ainda seria mais expressiva, não fora o formalismo procedimental ou técnico-administrativo adotado na determinação dos proveitos provenientes da transferência de impostos e outras transferências correntes e de capital do Orçamento do estado e outros Entes Públicos, porque só são registados quando obtido o conhecimento do seu crédito em conta bancária. A obtenção da receita (variável) normalmente ocorre com a periodicidade mensal, e não figura no balanço como dívida de terceiros em 31/12 de cada ano. São registados na contabilidade através de extracto que evidencia a transferência bancária, ou por meio de ofício remetido pela entidade ordenadora da transferência.

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro muito positivo.

A capacidade do Município de financiar o seu activo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, evidencia uma situação muito confortável e até *sui generis* dentro da realidade autárquica.

O índice de solvência demonstra a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, apresentado, neste momento, um dos melhores indicadores do país.

#### *Indicadores de estrutura*

<b>Capital Circulante</b>	Existências	255.240 €	
	Dívidas de terceiros - curto prazo	394.874 €	
	Títulos negociáveis	15.108 €	
	Disponibilidades (Cx.+Dep.)	1.059.025 €	
		1.724.248 €	
<b>Liquidez Geral</b>	Capital Circulante	1.724.248 €	1,81
	Exigível Curto Prazo	952.011 €	
<b>Liquidez Reduzida</b>	Capital Circulante-Stocks	1.469.008 €	1,54
	Exigível Curto Prazo	952.011 €	
<b>Liquidez Imediata</b>	Disponibilidades	1.059.025 €	1,11
	Exigível Curto Prazo	952.011 €	
<b>Autonomia Financeira</b>	Fundos Próprios	40.015.176 €	71%
	Ativo Líquido	56.586.481 €	
<b>Solvabilidade</b>	Fundos Próprios	40.015.176 €	241%
	Passivo Total	16.571.305 €	

Registe-se que ao nível da estrutura financeira da autarquia, os rácios espelham uma boa situação de solvabilidade, revelando uma boa gestão municipal, garantindo a cobertura total do passivo por fundos próprios, sendo praticamente três vezes superior ao exigível de curto, médio e longo prazo.

#### *Indicadores de Gestão Patrimonial*

<b>Indicador de Imobilização dos Fundos Próprios</b>	$\leq 1$	Fundos Próprios	40.015.176 €	0,73
		Imobilizado Líquido	54.708.311 €	
<b>Indicador da capacidade de Endividamento</b>	$\geq 0,5$	Fundos Próprios	40.015.176 €	0,94
		Capitais Permanentes	42.648.216 €	
<b>Indicador de Solvabilidade</b>		Activo	56.586.481 €	341%
		Passivo	16.571.305 €	
<b>Meios Libertos s/ o Activo Líquido</b>		R. Líq. +Amoriz.Prov.+Custos financ.	2.460.931 €	4%
		Activo Total Líquido	56.586.481 €	

## **2.6. Anotação dos factos relevantes verificados após encerramento do Exercício**

A Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto que regulamenta o novo regime jurídico da atividade empresarial local, vem definir novas regras para garantir o equilíbrio das contas das empresas locais, obrigando a que as entidades públicas participantes procedam à realização de uma transferência financeira, na proporção da respetiva participação social, quando o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 40º do citado diploma legal;

Decorre da análise dos resultados antes de impostos do exercício económico de 2012 da ISERBATALHA, com fundamento nos dados obtidos através do balancete por centros de custo a 31/12, que estaríamos perante uma situação de desequilíbrio que tem de ser necessariamente reposta nos termos do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31/08, uma vez que a situação deficitária resulta de uma política de preços dos quais resultaram receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais, em atividades de interesse geral prosseguidas pela empresa local no âmbito da contratualização direta com o Município da Batalha. Os desequilíbrios resultam da prática de preços sociais previamente fixados pelo município, determinando resultados negativos nos seguintes domínios e atividades:

- Educação [c.c. 941] – Prolongamento de Horários para ensino pré-escolar; atividades tempos livres 1º CEB; Atividades de enriquecimento curricular – expressões - 1º CEB; transportes escolares; apoio no fornecimento das refeições escolares = - 131.149,19 €
- CAIPU – PIA Urso [c.c.946] = - 4.964,84 €
- Exploração do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha [c.c. 94801] = - 19.171,71 € (IVA Prorata)

- Apoio à realização de Eventos Culturais promovidos pela autarquia  
[c.c.94802] = - 34.030,53 €.

Para cobertura dos prejuízos e consequente equilíbrio de tesouraria considerou-se nas contas dos exercícios de cada entidade, ao abrigo do artigo 40º em conjugação com artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31/08, a atribuição de subsídio à exploração no montante global de 207.874 € (com Iva incluído nas atividades sujeitas).

Concluindo, importa salientar que as transferências financeiras que venham a ocorrer a cargo do Município resultantes deste subsídio à exploração, só podem ser realizadas no mês seguinte à apreciação das contas por parte da entidade pública participante, nos termos do nº 8 do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31/08.

Mediante relatório circunstanciado reportado pelo consultor jurídico (anexo à Prestação de Contas), Drº Mário Diogo, conclui-se pela incapacidade de determinar valores para constituição de provisões para riscos e encargos que venham a resultar do contingente em curso, nos tribunais. Todos os processos arrolados estão em julgamento nos tribunais a aguardar pronúncia de sentenças.

Nos processos identificados, aquele que, sob o ponto de vista material pode ter maior impacto nas demonstrações financeiras, é o Procº de Execução de Acórdão n.º 1438/03- C, a correr termos na 1ª Secção, 1ª Subsecção do STA , cujos exequentes são: António Augusto Santos Pereira Grosso e esposa maria Madalena Meneses Coelho Pereira; Orlando Ferreira Rodrigues e esposa Maria do Céu Santos Pereira Grosso Rodrigues e Maria Manuela Cordeiro de Mendonça Santos Pereira Grosso Cunha.



Neste processo, foi apresentada uma Contestação, concluindo o jurista que podem decorrer importantes contingências para o MUNICÍPIO da BATALHA, sem que, todavia, nos seja possível quantificar o montante em causa (o mesmo dependente aliás da circunstância de ser admitida a causa legítima de inexecução).

Foi ainda considerado a constituição de provisão para riscos e encargos no valor de 112.868,44 € que resulta da probabilidade de assunção dos compromissos de pagamento de projetos de redes de águas residuais que a SIMLIS mandou elaborar, tendo em vista a obtenção de comparticipações comunitárias através do fundo de coesão.

## **2.7. Proposta de Aplicações de Resultados**

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido negativo de 2.034.928 euros, tenha a seguinte aplicação:

- - 2.034.928 euros para Resultados Transitados.

## **2.8. Considerações Finais**

Os nossos agradecimentos a todos os órgãos da câmara municipal, executivo e assembleia municipal, utentes, organismos da administração pública, central e regional, associações, utentes e fornecedores, que contribuíram, decisivamente, para a realização de projetos, iniciativas e atividades promovidas pelo município. Aos nossos Colaboradores deixamos uma palavra de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, atitudes e contributo fundamental para o crescimento sustentado do concelho, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

*Batalha, 22 de Março de 2013*